

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Ministério da Fazenda: dados comprovam fortalecimento econômico do Brasil

27/02/2012

O Brasil começa 2012 com a casa arrumada. É esse o perfil traçado pelo Ministério da Fazenda no relatório “Economia Brasileira em Perspectiva”, que consolida as principais variáveis econômicas do País, com dados atualizados até o início de fevereiro. O documento retrata que todas as medidas fiscais e de política de câmbio adotadas pelos governos de Lula e Dilma Rousseff frente à crise internacional

– aliadas ao modelo de crescimento econômico aqui desenvolvido – prepararam e fortaleceram a economia para 2012 e para os anos seguintes.

“Como consequência deste modelo de crescimento, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo em 2011. Entramos em 2012 com uma taxa de câmbio mais competitiva, taxas de juros menores, solidez fiscal e das instituições financeiras, baixas taxas de desemprego, inflação sob controle, elevada confiança dos consumidores e empresários, e uma forte carteira de investimentos públicos e privados para os próximos anos em diversos setores de atividade econômica”, detalha o relatório.

Enquanto o mundo se esforça para conter uma crise financeira global, a economia brasileira consegue demonstrar sua capacidade de evitar que os efeitos dessa crise atinjam o País em proporções semelhantes às consequências sentidas nos Estados Unidos e nos países europeus, que tiveram forte desaceleração no nível de atividade econômica a partir de 2008.

Diferentemente, o Brasil – detalha o relatório – conseguiu reforçar seu modelo de crescimento econômico em 2011 e tem a perspectiva de crescer em 2012 mais do que no ano passado.

Para isso, diversas medidas foram tomadas: “novas etapas do ‘PAC’ e do ‘Minha Casa, Minha Vida’; ampliação do Programa de Bolsa Família com o ‘Brasil sem Miséria’; uma nova política industrial (‘Plano Brasil Maior’); ampliação do ‘Simples Nacional’ e do Microempreendedor Individual; o Programa ‘Pronatec’ de qualificação técnico-profissional de trabalhadores; o Programa ‘Crescer’ de microcrédito produtivo orientado”.

Atualmente, o País exibe estatísticas que dimensionam sua capacidade de crescimento. Adotou uma política de valorização de longo prazo do salário mínimo que proporcionou um aumento real de 66% desde 2003, chegando a R\$622,00 em janeiro de 2012. Nos últimos dez anos, reduziu a inflação média de 15% para menos de 5% ao ano; fez cair quase pela metade a dívida pública em razão do PIB (Produto Interno Bruto); aumentou as exportações mais de cinco vezes; encolheu a pobreza em mais de 50% e experimentou um crescimento dobrado se comparado ao de décadas anteriores.

Para o futuro, o governo federal estabeleceu como meta até 2014 um crescimento médio da economia em 4,8% ao ano, com taxa de investimento alcançando 24% do PIB. As estimativas de órgãos internacionais apontam que o Brasil poderá ser a 5ª maior potência mundial em 2016. A perspectiva é que, até lá, mais de 8 milhões de trabalhadores passem por treinamento profissional e outros 16 milhões de brasileiros saiam da pobreza extrema.

Aliada à política de valorização do salário mínimo, o País também investiu na criação de novos postos de trabalho. A taxa de desemprego verificada em dezembro de 2011 foi a menor da história – 4,7%, contra 12,9% em março de 2002. Nesse período, foram criados mais de 18 milhões de postos de trabalhos, e a taxa de formalização do emprego, que mede o percentual de empregados com carteira assinada sobre o total de ocupados, cresceu de 45,5% para 53,2%.

Outro ponto detalhado no relatório é o foco do governo federal na ampliação do ensino técnico e do ensino superior, sem preterir a educação básica. O número de matrículas no ensino profissionalizante, que foi de 565 mil em 2002, chegará a 924 mil este ano. O total de bolsas de mestrado e doutorado (Capes e CNPq) saltará de 35 mil, em 2002, para 105 mil no próximo ano.

O Ministério da Fazenda detalha ainda no documento a mudança da imagem do Brasil lá fora, que consolida o País como um local seguro e promissor para investimentos. O “risco país” (EMBI+) que em 2002 alcançou uma média de 1.372 pontos caiu para uma média de 220 pontos em janeiro deste ano. A classificação de risco (Agência S&P) que era B+ (grau especulativo) em 2002 passou a BBB (grau de investimento) no ano passado.

O relatório descreve também que o Brasil passou na última década de devedor a credor internacional. A dívida externa total líquida que era de US\$ 165 bilhões em 2002 passou a US\$ -79,1 bilhões em dezembro de 2011. Já as reservas internacionais que em janeiro de 2002 que eram de US\$ 36 bilhões chegaram em janeiro de 2012 a US\$ 353 bilhões.

Sobre a taxa básica de juros (Selic), os dados revelam que, após um ciclo de alta, houve uma queda para 10,50% ao ano, com três reduções de 0,5 p.p. (pontos percentuais) em 2011 e uma redução adicional de 0,5 p.p. em janeiro último. Afora isso, o Banco Central já sinalizou em sua última ata que a Selic pode cair abaixo de 10%.

Diante de todo esse cenário, o governo federal em 2012 – segundo as estimativas do Ministério da Fazenda – “vai trabalhar para sustentar esse exitoso modelo de crescimento, estimulando investimentos públicos e privados em infraestrutura e na indústria, aumentando a qualificação profissional e reduzindo de modo substancial a população em extrema pobreza e ampliando a classe média e o bem-estar da população”.

Fonte: Portal do PT na Câmara